

INFORME CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 55 • Novembro 1993

X Congresso Brasileiro dos Economistas Crise social merece destaque

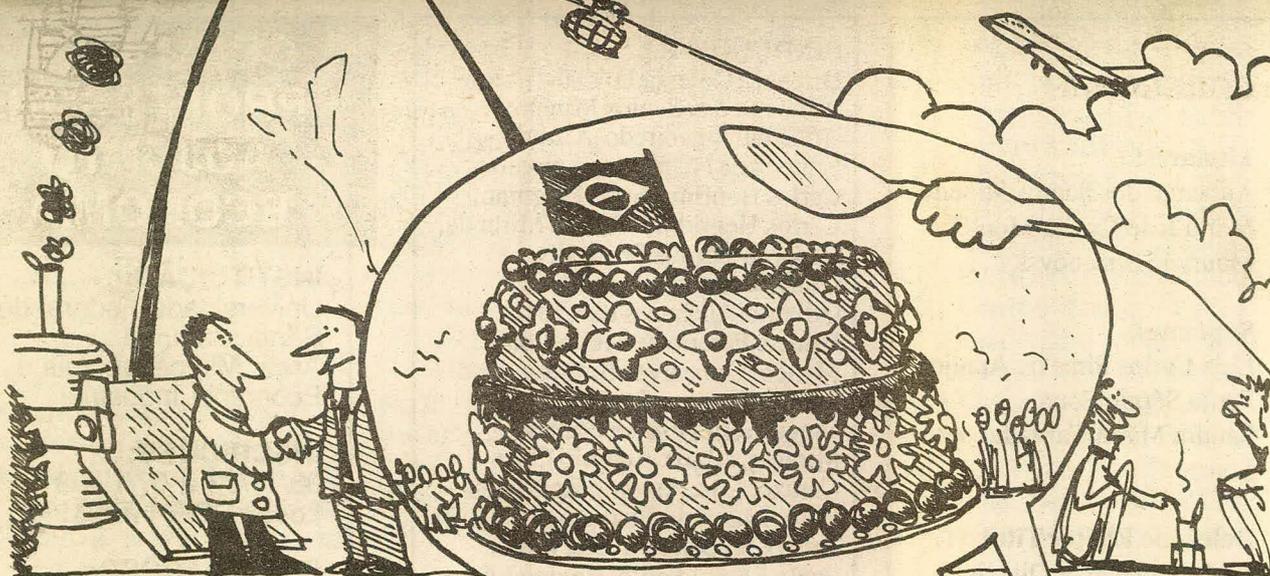
Economistas discutem e apresentam propostas de superação dos problemas brasileiros, para enfrentar a concentração de renda e combater a miséria.

Páginas 3 a 5



Turma de 67
relembra os
sonhos e as lutas
dos anos
rebeldes.

Páginas 6 e 7



As opiniões de
Carlos Lessa e
Bautista Vidal
sobre
modernidade.

Páginas 10 e 11



As projeções de
especialistas
para o fim do
ano.

Página 8

Aproxima-se o final do ano... É curioso como nessa época ocorre uma febre de retrospectivas, reavaliações e redimensionamentos. Nós, do CORECON, não poderíamos fugir à regra e assim nos obrigamos a olhar para trás e "reexaminar" nossas atividades no ano de 1993.

Entendemos que, no início do atual mandato, aceitamos desafios: acelerar o processo de unificação das entidades de economistas do Rio de Janeiro, iniciar a construção da Casa do Economista e, em menor escala, mas não de menos responsabilidade, realizar o X Congresso Brasileiro dos Economistas.

A verificação vem se processando em ritmo alternado: ora vibrante e acelerado, ora lento e comedido, como se todos tatessem o "ambiente" na busca de posicionamentos mais definitivos. Estava óbvio que ocorreria desse modo, pois existem diferenças de objetivos e atuações entre as entidades que, necessariamente, demorariam (até por ser um processo responsável) a serem ajustadas.

O que importa é que a unificação política dos nossos órgãos representativos é um fato irreversível que trará benefícios práticos à categoria. A ação de fiscalização do exercício da profissão, por exemplo, executada em conjunto, será mais ágil, regular e consistente. Do mesmo modo, as atividades de valorização profissional realizadas com o apoio das três entidades já têm demonstrado que o trabalho conjunto não só aprimora o projeto, como garante a difusão de seus resultados.

A unificação se consolida com a construção da Casa do Economista, que consideramos nossa meta mais relevante, não só pela modificação patrimonial que provoca, mas, e principalmente, pela materialização de um sonho de, talvez, duas gerações de profissionais que, mobilizados pela necessidade de resistir e de forçar o debate e a implementação de políticas econômicas condizentes com o crescimento e a igualdade (verdadeiros anseios da nação) na década de 70, criaram o Movimento de Renovação dos Economistas.

Somos frutos daquele esforço e sem dúvida demos passos importantes na direção da construção de nossa sede conjunta. Há alguns anos, as gestões do Conselho vêm promovendo um ajustamento patrimonial que nos permitiu em 1993 investir na Idéia da Casa, com a compra do imóvel, a elaboração do projeto arquitetônico, a aprovação da obra junto à Prefeitura, etc. Não avançamos mais, como era a intenção original, em função de mudanças da lei das licitações que nos obrigou a um reestudo das formas mais adequadas de contratação dos serviços e a uma recomposição de nosso fluxo de caixa, já que agora estamos impedidos de realizar a obra fragmentadamente.

Não significa que a Casa esteja parada. Tivemos apenas que adaptar seu cronograma à nova situação. Temos certeza que no próximo ano o projeto voltará a seu ritmo ideal.

Quanto ao Congresso Brasileiro dos Economistas, realizado no início de novembro, entendemos que superamos todas as expectativas, quer pelo nível das discussões, quer pelo número de participantes e de representações de outros Estados. Acima de tudo, tivemos a oportunidade de receber convidados vindos de todo o país e mostrar-lhes que o nosso Rio de Janeiro ainda é a Cidade Maravilhosa.

Salvador sediará, em dois anos, o próximo Congresso, cujos detalhes estão nas páginas 3, 4 e 5 de nosso Informe, que aliás, inova e ousa fazer um verdadeiro passeio no tempo, flutuando entre passado e presente, mordiscando fragmentos do futuro.

Com esse espírito, Carlos Lessa e Bautista Vidal debatem a Modernidade; José Carlos Assis apresenta a sinopse de seu livro Plano Omega, conjunturalistas elaboram as Projeções Qualificadas; e formandos em Ciências Econômicas da turma 1967 da UFRJ nos mostram seus Melhores Sonhos.

Passado, presente e futuro, traços de um desenho idêntico, fundidos em ideal comum.

ELEIÇÕES:

O Movimento de Renovação dos Economistas venceu as eleições simultâneas para renovação da Diretoria Colegiada do Sindicato e do Terço do Conselho Regional, realizadas no dia 25 de outubro no SINDECON-RJ, CORECON-RJ e IERJ. Nos últimos dois anos, o Movimento tomou medidas para integrar as entidades, entre as quais a realização de plenárias conjuntas, unificando as discussões de caráter político e a direção das três entidades (o programa está na página 12. Os eleitos são:

CORECON-RJ

Titulares:

Adhemar dos Santos Mineiro
Maria José Cyhlar Monteiro
Maurício Buzanovsky

Suplentes:

Luiz Carlos Pires de Araújo
Paulo Sérgio Souto
Sandra Maria Carvalho de Souza

Delegado Eleitor Titular:

José Clemente de Oliveira

Delegado Eleitor Suplente

Júlio Diniz Bastos Pinto

SINDECON-RJ

Diretoria Colegiada:

Adhemar dos Santos Mineiro,
Adhemar Figueiredo, Alfredo
Limeira de Niemeyer, Antonio
Carlos Bonfim, Benni Faerman,
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda,
Eduardo Carnos Scaletsky,
Gilberto Caputo dos Santos,
Gilberto Alcântara da Cruz,
Hildete Pereira de Mello, João
Manoel Gonçalves Barbosa, José
Fausto Ferreira, José Jannotti
Viegas, Júlio Flávio Gameiro
Miragaya, Luiz Antônio Cruz
Caruzo, Luiz Antônio Rodrigues
Elias, Maurício Buzanovsky, Paulo
de Sá Campello Faveret Filho,
Paulo Sérgio Souto, Regina Lúcia
G. dos Santos, Renato Luiz Mello
de Oliveira, Ronaldo Raemy
Rangel, Sandra Maria Carvalho de
Souza, Sidney Pascounto da Rocha

CONCURSO PROFESSOR ADJUNTO ECONOMIA

INSTITUIÇÃO:

Universidade Federal de
Santa Catarina
Área: Microeconomia e
Economia Industrial

INSCRIÇÕES:

08/11/93 a 07/12/93
Local: DDRH (Reitoria)

INFORMAÇÕES:

UFSC / DDRH
Fone: (0482) 31.9497
UFSC / Depto. Economia
Fone: (0482) 31.9458

CORECON - Conselho Regional de
Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar
Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054
Tel (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Maurício Buzanovsky
Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiros Efetivos: Carlos Francisco
Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Lufs Otávio
de Figueiredo Façanha, Lufs Carlos Pires de
Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de
Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney
Pascounto da Rocha, José Roberto Correia
Soeiro
Conselheiros Suplentes: Eduardo Luiz de
Mendonça, Renato Augusto da Matta,

Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José
Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire,
Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de
Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros
Secretaria Executiva: Duvit Regis
Kirschbaum
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio
Ribeiro
Delegacia Regional de Campos: Denise
Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 Tel.
(0247) 23-833
Biblioteca Eginardo Pires: bibliotecária
Ângela Peixoto

INFORME CORECON - Órgão Oficial
do Conselho Regional de Economia
do Rio de Janeiro

Diretor Responsável: Luiz Antonio
Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues
Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy
Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira,
Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo,
Márcio Henrique Monteiro de Castro,
Marcelino José Jorge, José Clemente de
Oliveira
Coordenação e Edição: Frilas Serviços
Jornalísticos Ltda. - Tel. (021) 262-2832 -
Tel/Fax (021) 262-7076
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda
Saraiva (MT-14109)
Editor Assistente: Bertholdo de Castro

Reportagem: Malu Machado, Sônia Jóia
e Ted Vidal
Fotografia: Wânia Corredo
Ilustração: Zope
Editoração Eletrônica, Arte:
Kátia Regina Fonseca
Fotolito e Impressão:
Tipológica Comunicação Integrada
Tel. (021) 224-1366

Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias
assinadas por colaboradores não refletem,
necessariamente, a posição do CORECON/
RJ. É permitida a reprodução total ou parcial
dos artigos desta edição, desde que citada a
fonte.

QUESTÃO SOCIAL É PRIORIDADE

Os economistas debateram a crise brasileira e apontaram soluções para superar a concentração de renda e eliminar a miséria

O X Congresso Brasileiro dos Economistas, nos dias 3, 4 e 5 de novembro no Rio de Janeiro mostrou que a maior preocupação dos profissionais é encontrar soluções para a economia, capazes de enfrentar a concentração de riqueza e a expansão da miséria. No lugar da política neoliberal de Estado mínimo, foi posta como meta a necessidade de elevação dos gastos e dos investimentos do Estado, de um planejamento econômico estratégico e de um "projeto nacional" voltado para a expansão do mercado interno.

O "economês" deu espaço a uma visão mais global, política e sociológica da realidade. Essa visão, presente mesmo nas discussões mais setoriais, foi ressaltada pela presença de D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na abertura do Congresso, chamando a atenção para a importância do envolvimento direto dos economistas no combate à miséria. O professor Cândido Mendes e a ex-ministra do Planejamento Ieda Crusius, que falaram sobre "O Projeto Nacional", na mesa do Teatro João Caetano, na noite do dia 3, também deram ênfase à uma visão global da nação e do mundo atual.

"É preciso que a res pública deixe de ser a *cosa nostra*", disse Cândido Mendes, criticando o comportamento das elites brasileiras e sua ideologia liberal que obscurece o fato de que "a mão da providência é a mão boba da pseudo-acumulação do capitalismo." O professor defendeu uma urgente "correção ao economicismo despuadorado e à crença na fatalidade do desenvolvimento, marcada nos dizeres "Ordem e Progresso" - o ópio da inércia da bandeira brasileira."

Lembrou "com orgulho" sua participação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), formado pelo grupo de intelectuais responsáveis pela elaboração da ideologia "desenvolvimentista", que marcou o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, e disse que, "além desse plano, só existiram no Brasil formas limita-



Ieda Crusius criticou o desmonte da máquina pública ao lado de Hélcio Gabret, Cândido Mendes e Maurícia Buzanovsky

das de planejamento." Um projeto nacional para os dias de hoje, na sua opinião, não teria como meta a elevação da produtividade e da competitividade internacional, mas, ao contrário, teria como foco o desenvolvimento do imenso potencial que é o mercado interno brasileiro.

Ieda Crusius criticou o desmonte da máquina pública pelo governo Collor e afirmou que "ainda não estão definidas as formas de recuperar os instrumentos que permitam tecer a integração nacional." Lamentou que "as elites não consigam arbitrar perdas necessárias para realizar refor-

mas" e defendeu que os primeiros passos nesse sentido são "a reformulação do sistema partidário, da lei eleitoral e a recuperação da peça política orçamentária." Em termos conjunturais, a ex-ministra defendeu o relançamento do IPMF em 94, "para que se complete o ajuste fiscal e se dê início à desindexação da economia."

Uma das mesas mais concorridas aconteceu no dia 3, reunindo Carlos Lessa, César Benjamin e Sonia Fleury para discutir "Desenvolvimento e Questão Social", tendo de ser transferida da sala 307 da Faculdade Cândido Mendes para o Teatro João Theotônio. César Benjamin disse que a primeira coi-

"É preciso que a res pública deixe de ser *cosa nostra*"

Cândido Mendes



O professor Carlos Lessa, ladeado por César Benjamin e Sonia Fleury, diz que o padrão de desenvolvimento esgotou todas as suas possibilidades.

sa a ser feita para se sair da atual crise é rejeitar o seu atual diagnóstico. "Associar a ciranda financeira ao déficit público é uma brincadeira de mau gosto. É o Estado que está financiando o capital e não o contrário, como se propala. E não em projetos específicos, de interesse social, como é o papel do BNDES, mas se financia a especulação", afirmou.

Benjamin chamou a atenção para o fato de que "esta é uma crise capitalista onde as empresas capitalistas vão bem, tem altas taxas de lucro e o país tem as maiores reservas de divisas da história." Para enfrentar o desemprego e a queda nos investimentos, é necessária uma mudança no diagnóstico de que a crise é causada pelos gastos sociais, pelas estatais, pelos salários e que é essencial manter os pagamentos da dívida externa e os altos saldos comerciais. "Essa é a agenda nacional há 13 anos. Estamos presos em uma macroeconomia do curto prazo que mantém com a crise uma relação simbiótica, quando o que o país precisa para sair da crise é da formação de um grande mercado interno de massas", destacou.

Carlos Lessa também acha que vivemos o esgotamento de um padrão de desenvolvimento: "Este padrão já desenvolveu todas as suas possibilidades e não tem mais como dar conta da imensa população urbana e da ampliação de suas demandas, com a democratização. Vivemos um momento crítico, no qual mais do que a ruptura, o que nos ameaça é a barbárie. Para enfrentar isso precisamos definir padrões dinâmicos de crescimento e não só políticas sociais, para que possa haver uma convergência no tempo entre os diversos grupos sociais."

O Estado teria um papel central nessa mudança de padrão, fazendo com que todas as políticas - de investimentos, de telecomunicações, de pesquisa, etc -, estejam harmonizadas com uma estratégia de longo prazo que repense o social. Mas o próprio Lessa se pergunta: "É esta uma idéia utópica? Como construir um consenso planificador em uma sociedade marcada por tão grande

heterogeneidade?" O crescimento do mercado interno através do elevação do padrão de consumo é, no seu entender, o motor do novo padrão de desenvolvimento, puxando em cadeia os diversos setores industriais.

Fleury fez um passeio pela história do Estado, desde o modelo americano liberal, passando ao corporativo de Bismark e à social democracia associada ao Welfare State. Chamou a atenção para a necessidade de definição sobre o papel do Estado no Brasil e apontou como positiva a cobrança de cidadania crescente na sociedade, de ONGs a movimentos e associações diversas, avaliando que ela aponta para um modelo de

Estado menos paternalista e mais transparente à sociedade.

No dia 4, o debate sobre "Aspectos Financeiros da Questão Fiscal" que contou com a participação de Dércio Garcia Munhoz e José Carlos de Assis, colocou definitivamente em xeque a necessidade de uma redução no déficit público. Para Munhoz, ex-presidente do CORECON, este diagnóstico está completamente errado. O Estado já foi diminuído ao máximo e continua se endividando com a política de juros altos, usada como a única forma de retirar dinheiro do mercado.

"O controle de liquidez pode ser feito através do redesconto, do *open market*, do compulsório,

mas aqui a política monetária sempre deságua em alta de juros. Não é o Banco Central que financia o Tesouro, mas o Tesouro é que está financiando o Banco Central, que acumulou em um ano e meio US\$ 13 bilhões em patrimônio líquido e reservas. Deste total, US\$ 4,6 bilhões, só nos últimos seis meses. Se não considerarmos os encargos financeiros, há uma sobra de US\$ 8,4 bilhões no caixa do Tesouro, mas o Estado não tem dinheiro para botar gaze nos hospitais. Isso acontece porque a classe média usa Golden Cross e não tem que ir ao hospital público", disse Munhoz.

Hoje o dinheiro em circulação, segundo Munhoz, é

menor percentual do mundo que até agora era de 2,5%. Como a economia está toda indexada, quando o Banco Central emite moeda para fazer troco, diz o economista, "ao meio-dia recebe de volta o dinheiro." Mas os recursos não podem ser usados para despesas, salários ou investimentos. Teoricamente têm de ficar lá parados. "Mas estão sendo usados para pagar juros. Em 91, foram gastos US\$ 13 bilhões com a ciranda e este ano, só neste segundo semestre, cerca de US\$ 9 bilhões", revelou.

José Carlos de Assis também não vê o déficit público como um problema e aponta o fato de que se a política monetária

Nem só de cálculos vivem os economistas

Programação cultural estende congresso às madrugadas cariocas

A performance bem humorada e crítica de Eduardo Dusek e a voz intimista e romântica de Nana Caymmi não conseguiram vencer o samba no pé da Portela. Mesmo que os shows no Teatro João Theotônio, da Cândido Mendes, tenham lotado o espaço de 400 lugares e feito muitos assistirem sentados no chão, o ponto alto das atividades culturais do Congresso foi o encerramento oficial na escola de samba, com 80% da quadra ocupada por economistas e estudantes de todo o Brasil.

Com direito a um minidesfile da escola - show de mulatas e passistas, apresentação da ala de baianas, de destaques e de dois casais de mestre-sala e portabandeira -, os congressistas não resistiram e subiram ao palco paraacompanhar o ritmo contagiante da bateria, se desinibindo ao som dos tamborins, cuícas e taróis. Quando as mulatas foram às mesas, nem os mais tímidos puderam se conter e sambaram até de madrugada. Os cinco ônibus que levaram à Portela cerca de 300 pessoas só retornaram aos hotéis depois de muito reboledo e descontração.

Além do ritmo e das fantasias belíssimas, todos elogiaram as instalações da Portela. Contando com uma das maiores quadras do Rio, o espaço é dividido de forma inteligente, com vários barzinhos destacados do ambiente musical, onde se pode descansar os ouvidos, sentar para conversar e beber um bom chope. A segurança é



A voz intimista e romântica da cantora Nana Caymmi emocionou os apaixonados e estimulou romances no Teatro João Theotônio.

exemplar e os banheiros são amplos e muito limpos.

Segundo Sebastião Luque, da Cândido Mendes, participaram do Congresso cerca de 1000 pessoas - 870 inscritos, mais a comissão organizadora da Faculdade, do CORECON e jornalistas. "O número de participantes superou as nossas expectativas mais otimistas. As atividades culturais facilitaram a integração dos economistas que vieram de todas as regiões do país. Nossa idéia foi a de realizar eventos para aproximar as pessoas e tornar mais agradável a jornada de três dias intensos de discussões. A participação ativa durante as mesas mostra que tivemos sucesso", afirmou.

Os shows dos corais da Cedae, Conlurb e da Cândido

Mendes na hora do almoço, no Teatro João Theotônio, também encantaram a platéia e lotaram o teatro. O coral da Faculdade homenageou Vinícius de Moraes, cantando as consagradas "Tarde em Itapoã", "Eu sei que vou te amar" e "Insensatez", em arranjos do regente Adeilton Bairral. Os 35 garis entoaram músicas folclóricas e também prestaram tributo a Vinícius, regidos pela maestrina Wally Borghoff. O repertório do coral da Cedae, a cargo do maestro Marcos Leite, criador, diretor, arranjador e pianista do vocal "Garganta" - ex-"Garganta Profunda" -, incluiu músicas de Caetano Veloso, Cazuza, Djavan e marchas tradicionais do carnaval carioca como "Cachaça", "Saca Rolha" e "Lata D'Água na Cabeça."

Mas as apresentações mais disputadas foram as de Nana Caymmi e Eduardo Dusek. O compositor e cantor, recém chegado dos Estados Unidos, apresentou o mesmo show da *tournee* contagiando a platéia com seu desempenho teatral. A execução de "O Teu Cabelo Não Nega", de Ari Barroso, em ritmo de Puccini, revelou o talento de Dusek para a ópera e os seus maiores sucessos - "Rock da Cachorra", "Seu Tipo", "Cantando no Banheiro" e "Doméstica" - foram acompanhados pelos congressistas com tal afinação que Dusek não resistiu à brincadeira: "Se vocês fizessem assim na economia". Nana Caymmi emocionou os apaixonados e estimulou romances, lavando almas magoadas com dores de amores passados e preparando o clima para a noite na tradicional Estudantina.

A gafeira Estudantina é uma casa tradicional, fundada em 1922, e proíbe até mesmo o beijo na boca no salão, como informa em seu estatuto afixado na parede. Os congressistas tiveram que se contentar com os giros na pista de dança. O ritmo da orquestra, comandada pelo maestro Agostinho Silva, e o entusiasmo dos frequentadores assíduos (desde iniciantes até os escolados como a professora Maria Antonieta, dona de uma das primeiras academias de dança de salão da cidade) embalaram uma deliciosa noite de boleros, swigs e samba canção.

contracionista, de juros altos, desse algum resultado, já teríamos saído da crise há muito tempo. "O problema central é que temos um mercado cartelizado e uma economia ainda fechada, dominada pelos oligopólios. Não há como controlar preços sem uma política pactuada com esses cartéis", afirmou. Para Décio Munhoz, entretanto, a saída seriam congelamentos sucessivos de preços, com ajustes e negociações entre os diversos setores, monitoradas pelo governo.

Maria da Conceição Tavares, que falou sobre a "Ordem Internacional" foi a conferencista que mais entusiasmou a platéia do João Tehotônio, que fez questão de aplaudí-la e de chamá-la para posar em fotografias para a memória do Congresso. Conceição não destoou do enfoque geral, posto na questão social e no desenvolvimento de estratégias para a ampliação do mercado interno, apontando que é preciso tomar consciência do "terrível movimento de deslocalização industrial", através



Ao lado de José Carlos de Assis e Márcio Henrique Monteiro, Décio Garcia Munhoz afirma que o dinheiro em circulação representa 0,5% do PIB.

do qual as empresas estão perdendo sua raízes, ocupando os espaços onde podem auferir mais lucros, sem se preocuparem com sua própria Nação. "Já se foi o tempo em que se dizia que o que era bom para a General Motors era bom para os Estados Unidos. O fenômeno da deslocalização pode levar a um sucateamento industrial nunca visto no mundo",

avaliou.

O Congresso contou com inúmeras mesas nos três dias de debates, iniciadas às 9 horas na Faculdade Cândido Mendes e tendo fim apenas depois das 22 horas, nas mesas realizadas no Teatro João Caetano. No dia 3 de novembro, os temas debatidos foram "Conjuntura Nacional", "Trabalho", "Competitividade Inter-

nacional e Conjuntura Política", "Salário e Inflação", "Desenvolvimento e Questão Social", "Comunicações", "Estado e Privatização" e "Novos Paradigmas da Industrialização".

Os temas que guiaram as discussões no dia 4 foram: "Reforma Fiscal", "Saúde", "Aspectos Regionais do Desenvolvimento", "Estado e Aspectos Sociais", "Brasil, Mercosul e América Latina", de manhã. Na parte da tarde os debates se deram em torno de "Aspectos Financeiros da Questão Fiscal", "Previdência", "Amazônia", "Comunicações", "Sistema Financeiro", "Telecomunicações" e "Ordem Internacional."

As mesas do dia 6 enfocaram "Políticas de Estabilização", "Mercado de Trabalho", "Questão Tecnológica", "Ajuste e Política Social" e "CEE, Nafta e Ásia", na parte da manhã. À tarde, os temas debatidos foram: "Ajuste e Dívida", "Subsídios a uma Política Social", "Energia", "Estado e Acumulação" e "Petróleo".

X Congresso Brasileiro dos Economistas CARTA DO RIO

Os economistas brasileiros, reunidos no Rio de Janeiro em seu X Congresso Nacional, após exaustivo debate sobre os principais temas político-econômicos que têm concentrado a atenção da opinião pública nestes últimos anos de virtual estagnação econômica e forte instabilidade inflacionária, decidem, com espírito construtivo, fixar perante a sociedade as seguintes posições sobre o atual momento nacional:

1. Acompanhando, com perplexidade, os acontecimentos políticos relacionados com a manipulação, para fins escusos, de verbas orçamentárias do Governo Federal, manifestamos a firme expectativa de que os órgãos competentes do Congresso Nacional apurem os fatos, até as últimas consequências, e encaminhem os procedimentos internos e externos para punição exemplar dos culpados, de forma a preservar a honra e a credibilidade da instituição perante a Nação, condição essencial para o fortalecimento da democracia;

2. Unimo-nos a outras forças sociais, na recomendação de que, por iniciativa conjunta do Executivo e do Legislativo, seja constituída uma Comissão de Investigação Permanente, com representantes da sociedade civil, Ministério Público e Magistratura, com amplos poderes e total independência, para investigar os fatos mencionados em toda a sua extensão, ficando todos os órgãos públicos obrigados a prestar-lhes as informações requeridas para cabal apuração de responsabilidades;

3. Considerando a dimensão e profundidade da crise política desencadeada pelos fatos antes mencionados, reiteramos nossa preocupação com a inoportunidade de um processo de revisão constitucional acelerado, que poderá

deslegitimar-se, ampliando a crise de confiança nas instituições nacionais;

4. A crise política conjuntural não minimiza a grave crise econômica que o País atravessa, nem justifica a postergação de medidas eficazes para sua superação, sobretudo em face dos perversos efeitos distributivos de renda e de riqueza, provocados pela sustentação da inflação em níveis intoleráveis, mesmo para os padrões históricos brasileiros, junto com a virtual estagnação;

5. O atual estágio de desenvolvimento político em que o País se encontra, exige que a eficácia de um programa de estabilização conseqüente requeira prévia concordância das forças sociais comprometidas com um modelo de desenvolvimento econômico, não excludente, que coloque a economia a serviço da luta contra a fome e a miséria;

6. No que diz respeito a nossa esfera específica de atuação e reflexão, consideramos um dever alertar o Governo, assim como os agentes sociais, sobre a incompatibilidade entre a política antiinflacionária, qualquer que seja, e a preservação dos mecanismos institucionais que asseguram a existência na economia, ao lado da moeda comum, de uma moeda indexada, não raro com remuneração real, operada exclusivamente em favor dos afortunados;

7. Consideramos nosso dever, como profissionais e cidadãos, alertar também para os riscos de desagregação social e nacional, implícitos na atual desordem monetária e financeira, que contribui para a ampliação da miséria e o aprofundamento das distâncias entre ricos e pobres. Daí resulta o imperativo político

e ético, de colocar a questão social no centro dos objetivos estratégicos de um novo projeto nacional, voltado para o desenvolvimento integrado de toda a Nação; e

8. Confiemos em que o Presidente da República, atento aos sentimentos da sociedade, convoque novamente os parceiros sociais a fim de que, com sentido de responsabilidade perante o conjunto da Nação, em face da gravíssima crise social e econômica que atravessamos, colaborem ativamente na formulação de um programa mínimo para o efetivo combate à inflação, o resgate da eficiência do aparelho público e a imediata retomada do desenvolvimento econômico nacional.

MOÇÃO EM DEFESA DO IBGE

Os participantes do X Congresso Brasileiro dos Economistas advertem a Nação, a partir de sua consciência profissional, a degradação por que passa o sistema nacional de informações econômicas e sociais do País.

O IBGE, nossa principal fonte de dados para a elaboração de planejamento e diagnósticos, está sendo atrofiado com a destruição de seus meios de trabalho.

Consciente desse fato, e da atual situação de menosprezo a que este órgão está submetido pelas autoridades responsáveis pela área de pesquisa nesse País, requerem que sejam tomadas medidas imediatas no tocante ao pronto reaparelhamento do IBGE.

Os melhores sonhos de nossas vidas

O idealismo, as preocupações com o destino do Brasil e o desejo de mudar o mundo pertencem ao passado de uma geração de universitários que viveu os anos rebeldes da década de 60, quando o movimento estudantil marcou presença no cenário político, enfrentando a repressão do regime militar. As bandeiras de luta e as palavras de ordem foram arquivadas na memória, mas enriqueceram a formação profissional da turma que cursou a Faculdade de Economia da UFRJ de 1964 a 1967. Hoje, eles estão no mercado de trabalho muitos nos meios acadêmicos, preparando novas gerações, sem renegar os dias de ontem.

Sônia Hinds de Oliveira, do Núcleo de Monografia da Cândido Mendes



1 A professora Sônia Hinds guarda a foto da turma de 1967, na qual era uma das poucas mulheres - 15 entre 100 alunos: "Éramos muito unidos. Foi um período rico para todos nós. Os estudantes eram mais politizados do que hoje e a participação nos diretórios acadêmicos bastante generalizada. Atualmente, os estudantes estão mais preocupados com o mercado de trabalho."

Na época, o movimento estudantil apresentava-se como uma das grandes forças de oposição à ditadura, denunciando as eleições onde só podiam participar políticos coniventes com o regime e fazendo campanhas pelo voto nulo, para retirar a legitimidade do regime de exceção iniciado com o golpe militar de 1964. Sônia militava na esquerda e chegou a ser presa por três anos, mas ressalta que a participação política não atrapalhava os estudos: "Os que integravam o diretório eram excelentes alunos. Muitos ocupam agora postos de destaque no governo, estatais, universidades e empresas privadas."

Fernando Gomes, coronel da Aeronáutica reformado

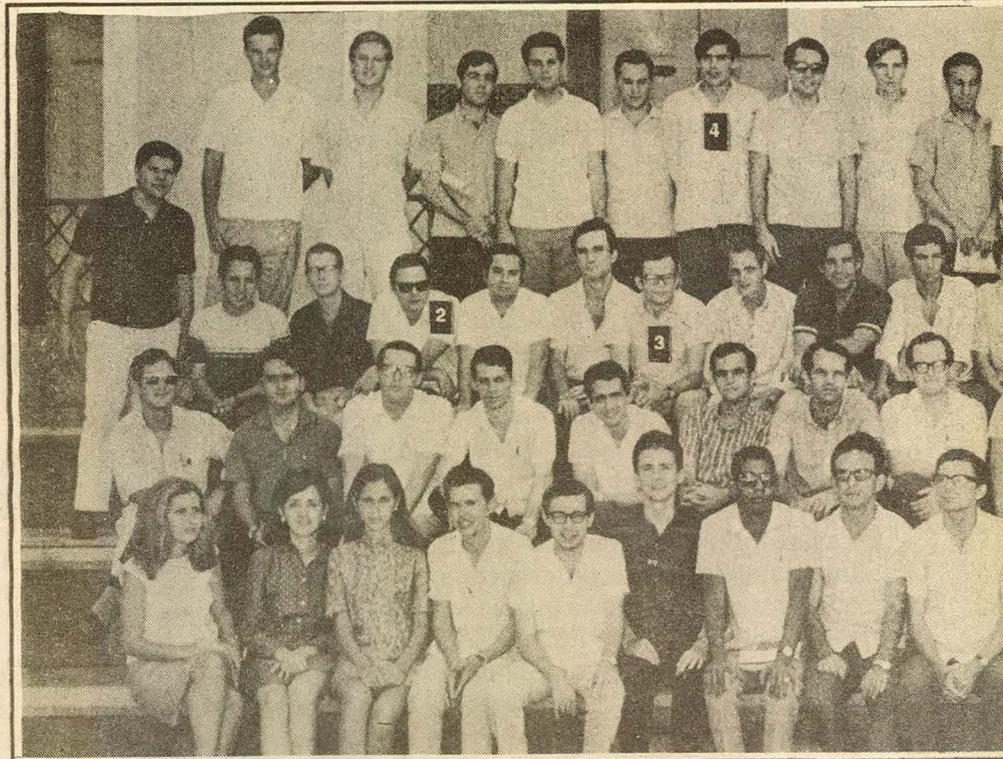
O mais velho da turma (hoje com 66 anos), Fernando Gomes, não integrava a política de esquer-

da. Muito pelo contrário. Não ignorava a política e trabalhou como auxiliar no gabinete do então ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes. Não gostava que os estudantes soubessem que era militar, mas tinha amigos entre os militantes, como Sônia Hinds, que ia estudar em sua casa, e Petersen, por ele considerado "uma cabeça."

"Só vim a saber que a Sônia tinha atuado e sido presa anos depois. Mas muitos tinham conhecimento que eu era militar. Mais tarde vieram me dizer: "Sabe que nós sabíamos que você era major?" Nunca houve, entretanto, nenhuma desconfiança. A diversidade de pensamento nunca interferiu em nossa amizade", afirma.

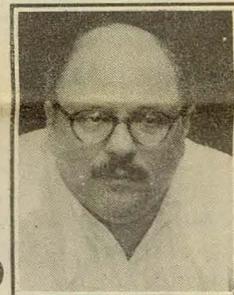
Analisando o período na faculdade, Gomes valoriza principalmente o fato de existir na época uma turma que fazia quase todo o curso junta, o que não ocorre hoje, devido ao sistema de créditos: "As turmas eram mais unidas. Até hoje nos encontramos e organizamos festas, como a do ano passado de 25 anos de formados. Vejo que meus filhos, quando estavam na faculdade, não tinham uma turma como a que tivemos."

Gomes, que foi o organizador da festa da turma no Clube Germânico, na Gávea, nunca exerceu a profissão de economista e diz que entrou na faculdade para obter "mais luz, mais conhecimento da vida." Sua formação militar, entretanto, fazia com que ele se chocasse com o comportamento de uma juventude revolucionária: "Estava acostumado a chamar os professores de "senhor" ou "mestre" e para mim já era difícil



dizer "você." Me chocava ver alguns botarem o pé em cima da mesa e dizerem: "Fulano, repete isso aí que eu não entendi bulhufas." Para mim, isso era demais."

Dionísio Dias Carneiro Netto, professor da PUC-RJ



2 Dionísio Carneiro lembra os velhos tempos de faculdade e de campanha política para o diretório: "Tivemos uma grande experiência na eleição do Celso Alves da Cruz, em 66, que levava à frente as reivindicações de melhoria da qualidade de ensino e renovação de alguns quadros da faculdade. Em 67, elegemos o José Alfredo da Luz, mas seu único ato foi o discurso de posse contra a ditadura, que provocou o fechamento do diretório. Eu participava das campanhas, mas nunca tive qualquer vinculação partidária. Sempre fui muito indisciplinado para isso."

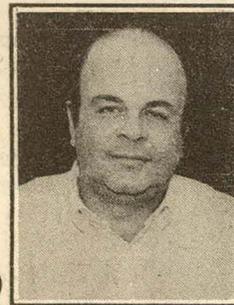
O professor diz brincando que realmente constatou que não tinha chances na política universitária na votação sobre o pedido de afastamento de um professor de Microeconomia, a seu ver muito bom, que havia arrasado com a maioria dos alunos em uma prova: "Foram 99 votos, contra um, o meu. Achava que havia muitos professores ruins para se por para fora e não por dar notas ruins."

Um dos professores trazima,

dos pelos alunos foi João Paulo dos Reis Veloso, recém chegado dos Estados Unidos, "que deu um curso bem moderno de Macro-economia." Mas, segundo Dionísio, nem todos os catedráticos repelidos pelos alunos eram incompetentes.

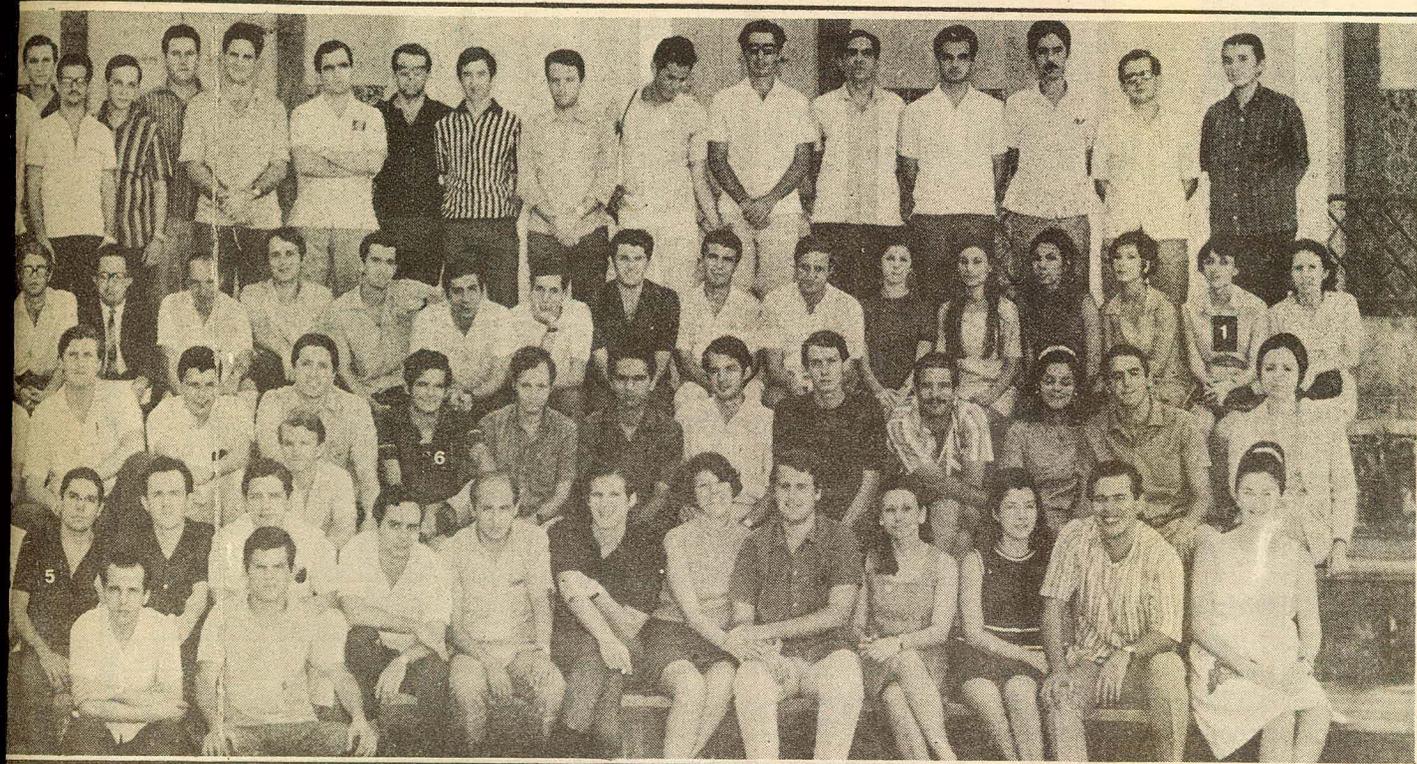
"Havia uma falta de confiança muito grande dos alunos para com os professores e é verdade que a Universidade tinha muitas falhas. Agora, os cursos são mais puxados e mais voltados para a profissionalização. Os alunos estão preocupados com a sobrevivência. Naquela época, muitos colegas olhavam o estudo como um fim em si mesmo. A Universidade era a maior referência e não o mercado de trabalho", destaca.

Francisco Lopes, sócio da Macro-métrica e professor da PUC



3 "Muita coisa mudou desde 1967. Eu era um pouquinho careca, agora estou totalmente," diz brincando Francisco Lopes, um dos criadores do Plano Cruzado. Em sua opinião, os estudantes hoje estão mais amadurecidos, menos românticos, mas também menos politizados. "Isso reflete uma época na qual caíram muitas coisas, como o Muro de Berlim. Em 1967, a faculdade parava porque ia ter uma reunião do FMI no Rio", lembra.

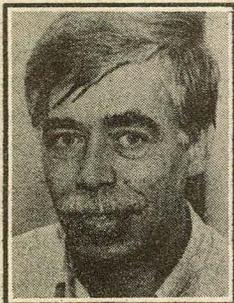
A qualidade do ensino, afirma,



é muito melhor: "Naquele tempo, os velhos catedráticos estavam totalmente fora da realidade. Tinha um engraçado, que a gente apelidou de "Cabeleira" que dizia que Marx na verdade era português e seu nome verdadeiro Marques. Um outro, de Contabilidade, era surdo. Hoje, o ensino é mais profissionalizado."

Chico, como é conhecido, foi representante de turma, mas diz que sua função era "gerencial" e não política: "Fui no mesmo ano que a Sônia Hinds, mas eu não participava de nenhum partido, me encarregava de coisas práticas, como rodar apostilas para a turma." Na época, as cópias eram feitas nos mimeógrafos.

René Louis de Carvalho,
professor da
FEA-UFRJ



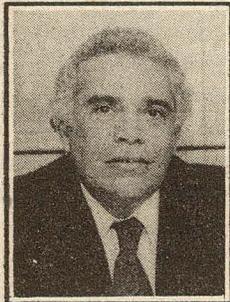
4

Filho de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do PCBR - uma das dissidências do PCB -, René tinha ativa participação política e chegou a ficar preso por todo ano de 1970, sendo banido do país em 1971. Para ele, o ensino era muito mais fraco do que hoje - "se dizia que só os incompetentes para a iniciativa privada ficavam na Universidade" - e que os estudantes foram os responsáveis pela renovação do quadro de professores da Faculdade. Antonio

Barros de Castro e Carlos Lessa, atuais "seniors", começaram dando curso no diretório da Economia.

"Na época, os estudantes tinham maior interferência no ensino. Hoje, são mais críticos. No período 64-67, quando estudamos, o futuro profissional era identificado com o futuro do Brasil e os alunos se viam como agentes do processo de desenvolvimento, mesmo os não militantes. Era a juventude que foi secundarista durante o governo Goulart. Agora, metade da turma vai para o mercado financeiro. Isso se deve a determinantes sócio-políticas, econômicas e culturais. Não é uma juventude alienada. O Centro Acadêmico da Economia, há poucos dias, chegou mesmo a prestar uma homenagem aos cinco mortos na época da repressão", afirma.

Jorge do Monte França,
diretor do Banco
Primus



5

Jorge França ressalta a diferença entre as opções que existiam no mercado de trabalho na época e as de hoje: "Entre no mercado no início dos anos 70, quando a economia estava em franca expansão, demandando economistas e administradores. Por isso todos nós conseguimos uma boa colocação. Os níveis salariais eram bem melhores. Os que foram para o mercado financeiro, como eu, pe-

gamos a indexação da economia logo no início, com a criação da ORTN, e acompanhamos todo o processo."

O aprendizado se deu na prática, pois os cursos da Faculdade eram centrados em Macroeconomia: "Fiz pós-graduação em finanças na Fundação Getúlio Vargas, mas grande parte do que aprendi foi no mercado, que se sofisticou muito. Na época, o Rio era o grande centro financeiro. Hoje já ocorre um deslocamento para São Paulo. As oportunidades eram grandes, mas tivemos que fazer um aprendizado concreto na prática."

Eduardo José Gomes Petersen,
analista do IBGE



Petersen pertencia ao grupo mais ativo politicamente e foi detido quando já havia saído da Universidade, em 1969. No período da Faculdade, participou do diretório, do conselho de representantes e do jornal. Ele garante que sua turma era uma das mais politizadas.

"Antes de nós o diretório pertencia a direita, dominado pelo Comando de Caça aos Comunistas. Chegaram a redigir um manifesto incitando o golpe em 1964. Nós então fizemos um contra-manifesto para ler nas turmas, o que acabou não acontecendo devido à greve dos transportes. Peguei uma

carona e fui para a UNE, mas quando cheguei lá estavam tocando fogo no prédio. Era nosso primeiro ano de Faculdade. Em 1965, quando Castelo Branco foi fazer a aula inaugural, fomos de luto e pudemos as vaías. Muitos foram presos", lembra.

As turmas eram imensas, pois o governo Goulart havia dobrado o número de vagas nas universidades, o que permitiu o ingresso de estudantes de classe média baixa, que não podiam frequentar os melhores colégios. Isso contribuiu, segundo Petersen, para maior politização, "que não atrapalhava o ensino, bem melhor na ocasião." A conclusão é tirada de aulas particulares que costumava dar e do período em que fez mestrado na PUC, há cerca de dez anos: "Concorri com alunos recém formados, estava sem estudar há muito tempo e tirei uma das melhores notas."

Petersen diz que sua turma foi a responsável pela renovação do quadro de professores da Faculdade. Na época, muitos estagiavam no escritório do BNDES-Cepal (Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina) e de lá levaram diversos professores para fazer conferências e cursos de férias.

Pedro Paulo Cerqueira Gonçalves,
dono de
Corretora



6

Pedro Paulo pertencia ao grupo da "direita festiva": "Sempre fui alienado. Sempre gostei de grana e de mulher. Aproveitei a vida pra cacete. Meu pai era empresário e nunca passei dificuldades. Mas entendia as pessoas da esquerda. Tiveram muitos problemas na infância, com a família, e eram revoltados. Havia muito "comuna" lá dentro e muitos estudantes profissionais, que não estavam lá para estudar. O Moreira Franco, por exemplo, militava por lá e não era muito chegado ao estudo."

Na época, conta, eram comuns as invasões dos alunos às salas de aula: "Apesar de já estarmos entrando nos anos dourados na economia, havia muita passeata e repressão. Os tempos atuais são muito melhores, pois há uma democracia enorme e os estudantes são mais chegados ao esporte."

Sônia Jória

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON-INSIGHT

INFLAÇÃO

O ambiente político criado com o início dos trabalhos da CPI que investiga irregularidades no Orçamento da União, ao que parece, começa a influenciar negativamente as projeções futuras de inflação na economia brasileira. Os índices previstos para o bimestre novembro/dezembro revelam que as taxas deverão continuar altas, com tendência ascendente. Os 12 economistas que participam do Sistema de Projeções Qualificadas (SPQ), do Conselho Regional de Economia (CORECON) projetam para novembro um índice de inflação de 36,4% - um ponto percentual acima dos 35,04% apurados pela Fundação Getúlio Vargas no IGP-M de outubro. Para dezembro, a taxa ficaria em 37%, sinalizando, portanto, um pequeno repique em relação ao mês anterior.

JUROS

Os 12 economistas que participam do SPQ do CORECON prevêem para o próximo bimestre taxas de juros reais sob títulos públicos (descontada a TR do período) praticamente estabilizadas, mas com tendência de alta em relação ao mês anterior: 2% em novembro e 2,2% em dezembro. Essa projeção significa que o governo continuará com a sua já famosa política de juros altos. Em outubro, segundo a Andima, a taxa real do período ficou em 1,37%.

CÂMBIO

As expressivas reservas em dólares nos cofres do Banco Central continuarão permitindo ao governo a prática de uma política de câmbio flutuante, em função de suas necessidades imediatas. A previsão dos 12 economistas que integram do SPQ do CORECON para o próximo bimestre projeta um câmbio evoluindo em patamares próximos - mas um pouco abaixo - da taxa de inflação de cada mês. Para novembro, a variação prevista é de 36% e em dezembro esse índice chegará a 36,8%.

DÓLAR PARALELO

Não haverá grandes surpresas em relação a cotação da moeda norte-americana no mercado completo. Pelo menos para os 12 economistas que participam do SPQ do CORECON o

mercado negro do dólar continuará evoluindo em níveis inferiores aos da taxa de inflação. Para o último dia de novembro, está prevista uma cotação de CR\$ 232,00, o que significa uma variação de 34,8% em relação ao mês anterior. E em dezembro o paralelo fecharia o mês cotado em CR\$ 320,00, com uma evolução 37,9% em relação ao período anterior.

DÓLAR COMERCIAL

A projeção dos 12 economistas que participam do SPQ do CORECON para o dólar comercial não é muito diferente do que se prevê para o mercado paralelo. A cotação oficial da moeda americana para o último dia de novembro é de CR\$ 230,00 (variação de 32,1% em relação a outubro). E para dezembro a previsão é de que cada dólar esteja custando CR\$ 317,00, acumulando uma variação de 37,8% em relação a novembro.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Os economistas que participam do SPQ do CORECON continuam trabalhando com estimativas otimistas em relação à produção industrial (anualizada) para os próximos dois meses. Para novembro, os 11 técnicos do CORECON (houve uma abstenção) prevêem que a produção industrial cresça 5,2%. Em dezembro, haveria uma pequena queda em relação ao mês anterior: 5,1%. As últimas informações oficiais produzidas pelo IBGE ainda se referem a agosto. Mas o último Informe Conjuntural da Confederação Nacional da Indústria (CNI), relativo a outubro, prevê um crescimento de 7% em comparação com o mesmo mês do ano passado.

SUPERÁVIT COMERCIAL

O país continuará produzindo superávits em suas trocas comerciais com exterior, segundo projeções dos 12 economistas que participam do SPQ do CORECON. Para novembro, a previsão é de Superávit de US\$ 1,1 bilhão caindo para US\$ 1 bilhão em dezembro. O resultado de outubro ainda não foi revelado pelo Departamento de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Decex), mas os números de setembro divulgados, pelo ministro da Indústria Comércio e Turismo, José Andrade Vieira, mostram que o saldo da balança comercial chegou, naquele mês, a US\$ 1,2 bilhão.

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS (6º bimestre/93)

Indicadores Econômicos		
	Novembro	Dezembro
Inflação (%) IGP-FGV	36.4	37
Taxa de Juros Real (%) (descontada a TR do período) (sob títulos públicos)	2.0	2.2
Taxa de Câmbio (%)	36	36.8
Dólar Paralelo ⁽¹⁾	232.7	320
Dólar Comercial	230	317
Produção Industrial (%) (anualizada)	5.2	5.1
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000.000)	1.1	1.0
	(1993/1992)	
Produto Interno Bruto (%)	4.2	
Taxa de Desemprego (IBGE) (%)	6	
FBK / PIB (%)	16	
Contas Governo / PIB (%) ⁽²⁾	Déficit 2.5	
	Superávit 1.0	

(1) Cotação do dólar no último dia do mês • (2) Resultado operacional

PIB

A previsão otimista do Instituto de Economia Aplicada (Ipea), ligado à Secretaria de Planejamento, de que o PIB deverá crescer 5% este ano, ainda não está coincidindo com os números apurados pelo CORECON. A projeção dos 12 economistas que participam do SPQ indica que o PIB, este ano, deve experimentar um crescimento de 4,2%, o que já é mais que suficiente para tirar a economia brasileira do fundo do poço.

DESEMPREGO

Apesar de vários indicadores positivos, ainda não existe, na economia brasileira, qualquer sinalização que aponte para a elevação do nível de emprego no país. Os 10 economistas que participam do SPQ (houve duas abstenções) continuam projetando para este ano uma taxa de desemprego aberto de 6%, o que não será suficiente para absorver a grande massa de novos trabalhadores que chegaram este ano ao mercado de trabalho.

FORMAÇÃO DE CAPITAL (FBK)

A formação bruta de capital fixo em relação ao PIB, segundo 11 economistas (houve uma abstenção) que participam do SPQ do CORECON, deve ficar este ano em 16%. Esse resultado, embora signifique um pequeno crescimento em relação ao ano passado (14,4%), revela que a economia brasileira continua com reduzida capacidade de investimento.

CONTAS DO GOVERNO

Difícilmente o ministro Fernando Henrique Cardoso conseguirá equilibrar as contas do governo, como havia prometido no início de sua gestão. Pelo menos para os 11 economistas que participam do SPQ do CORECON, o presidente Itamar Franco fechará 1993 com um déficit de 2,5% nas contas públicas. Um dos economistas, contudo, acredita na possibilidade de reversão nessa expectativa e projeta para este ano um superávit de 1%.

Observações

1) As projeções foram realizadas entre 25 de outubro e 1 de novembro.

2) Todas as projeções refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo CORECON.

3) Como fonte de indicadores passados e futuros foram utilizadas as informações do Departamento de Comércio Exterior (DECEX) do Banco do Brasil; da Andima; da Fundação Getúlio Vargas; da Fipe; do IBGE; da CNI; e do Ipea.

4) Economistas consultados: Célio Lora (Price Waterhouse); Gil Pace (GPC Consultoria); Francisco de Assis (Banco Marka); Flávio Pinheiro Castelo Branco (CNI); José Eduardo Pereira (BNDES); Sandra Lo Fiegi (Pinto de Almeida DTVM); Sérgio Werlang e Renê Garcia (GW Consultoria); Rodrigo Quental (Companhia Vale do Rio Doce); José Cláudio Ferreira da Silva (Ipea); Adhemar Mineiro (Dieese-RJ); Cláudio Contador (Coppe-UFRJ); e José Clemente (Copene).

PLANO ÔMEGA

a âncora do pacto social

A única âncora possível para um programa de estabilização da economia brasileira é um novo pacto social. Não haverá pacto, porém, enquanto os mecanismos de moeda remunerada, protegendo as margens de lucro das empresas, continuarem assegurando às elites empresariais uma confortável posição de sócios majoritários dos lucros financeiros gerados pela economia inflacionária.

Esta é a tese central do último livro do jornalista e economista J. Carlos de Assis, **Plano Ômega**, que começa a chegar nas livrarias nesta semana e será lançado no próximo dia 18, durante um debate no Clube de Engenharia promovido conjuntamente com o CORECON/RJ. O livro não chega a ser otimista, mas procura lançar esperança no meio do quadro caótico em que nos encontramos, tanto na esfera econômica, quanto na social e política.

A moeda remunerada é um instrumento de *apartheid* econômico, que corresponde a um pacto de dominação pelo qual os afortunados protegem sua renda e riqueza da corrosão inflacionária diária. Funciona com qualquer nível de inflação, com a condição de que algumas rendas, em especial a dos assalariados, sejam corrigidas com atraso em relação à inflação corrente. Desde que haja algum atraso, porém, tem sido sempre possível "estabilizar" a inflação em algum patamar que, não obstante um valor absoluto extremamente elevado, não desemboca num processo hiperinflacionário clássico.

O **Plano Ômega** não pretende analisar os meandros econômicos desse mecanismo de dominação, que tem sido objeto de outros trabalhos de economistas, mas procura extrair desse quadro consequências políticas. É evidente que se o sistema só tivesse ganhadores seria pouco provável se chegar a alguma articulação de forças visando a sua transformação. Há, porém, perdedores absolutos. E há os perdedores relativos - sobretudo na classe trabalhadora e, também, entre o próprio

empresariado. Encontram-se entre as vítimas atuais e virtuais da recessão e do subemprego, já que o mecanismo de moeda remunerada, se protege de alguma forma os que têm renda, é fortemente inibidor do aumento da renda global e da retomada do crescimento da economia numa base auto-sustentada.

A motivação do novo pacto social é a necessidade da retomada do crescimento econômico. Contudo, a condição econômica para a retomada do crescimento é a estabilização monetária. A esse respeito, porém, o livro é categórico:

"Nenhum plano econômico, nenhuma reforma monetária ou financeira no Brasil poderá dar certo se não estiver ancorada na eliminação dessa exótica faculdade do Banco Central de emitir moeda remunerada. Foi a ausência dessa condição prévia que levou ao fracasso o Plano Cruzado, independentemente de outras falhas do programa na área do controle de preços e do comércio exterior. Foi principalmente aí, mas neste caso com ainda menos justificativa teórica ou prática, que se manifestou a fragilidade intrínseca do Plano Collor, na medida em que permitiu a reconstituição da dívida mobiliária pública pelo Banco Central sem nenhuma necessidade pelo lado fiscal. De fato, como mencionado antes, uma vez

"É preciso eliminar a exótica faculdade do Banco Central de emitir moeda remunerada".

congelado o estoque da dívida mobiliária, inclusive de estados e municípios, o Tesouro tornara-se superavitário, o que não impediu o Banco Central, comandado pelo neoliberal Ibrahim Eris, de emitir dívida nova com o fim exclusivo de fazer política monetária restritiva.

"É bom reter dessa experiência fracassada a lição essencial que os neliberais não perceberam, ou fingiram não perceber, quando se aproveitam, agora, da intenção do presidente Itamar de abrir a caixa preta do Banco Central para separar contabilmente suas contas das contas do Tesouro. Essa separação existiu na prática, na primeira fase do Plano Collor, até a liberação dos cruzados bloqueados, e de nada adiantou em termos de controle da inflação. Donde se conclui que não é uma política monetária restritiva, através de um suposto controle rígido da liquidez monetária, que permite algum controle sobre os preços na economia brasileira, mas sim uma política de rendas conseqüente, através das câmaras setoriais refuncionalizadas, semelhante no início - mas não idêntica, no processo - à experiência do Cruzado, porque a este faltou um mecanismo de controle direto e simultâneo de preços, salários e taxas de juros.

"Contudo, mesmo o recurso a tais controles abrangentes, que podem e devem ser democra-

tizados, nas câmaras, será inútil sem uma mudança radical nas práticas operacionais do Banco Central. Se ele continuar operando com moeda remunerada - isto é, com emissão de títulos com rentabilidade garantida e liquidez diária no *over* -, a taxa de rentabilidade nominal desses títulos continuará sendo uma referência inevitável para a evolução da taxa de câmbio, e as duas juntas funcionarão inevitavelmente como um sinalizador e indexador dos preços, forçando a inflação."

Junto com a análise econômica e política prospectiva, o **Plano Ômega** traz um vivo relato retrospectivo sobre as tentativas de pacto social no Brasil, durante os governos Sarney e Collor, notadamente sobre o "Compromisso Social pelo Combate à Inflação e Retomada do Desenvolvimento da Economia", que chegou a ser assinado, em 1988, pelos principais dirigentes trabalhistas e empresariais. Esta foi a forma que o autor encontrou para demonstrar que, a despeito de dificuldades evidentes, o pacto é possível, já que se chegou bem perto dele em circunstâncias análogas às atuais.

Agora, como antes, continuará subsistindo entre os céticos a desconfiança de que o pacto social venha a ser utilizado como uma cortina de fumaça para mascarar os conflitos sociais subjacentes à desordem econômica. Numa democracia, porém, isso é praticamente impossível, na medida em que o jogo de interesses é aberto e permanentemente checado. Para alguns, pode parecer que o pacto seja um artifício político para exorcizar a ameaça política de esquerda - concretamente, a virtual vitória de Lula na próxima eleição presidencial. Na realidade, porém, justamente por ser o candidato de maiores chances, a ninguém mais do que Lula interessam condições objetivas de governabilidade, implicando um compromisso efetivo dos agentes sociais com uma agenda comum de objetivos mínimos, con-sensuais, em torno dos interesses permanentes da coletividade.

A Falácia da Modernidade

O Clube de Engenharia reuniu o economista Carlos Lessa, professor da UFRJ, e o engenheiro Bautista Vidal, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNB, no dia 27 de outubro, para uma palestra sobre a falácia da modernidade. O representante do Clube de Engenharia, Darc Costa, ao apresentar os convidados, ressaltou a importância dos dois no combate incansável ao neoliberalismo, dizendo que o objetivo daquele encontro era homenagear esses dois grandes brasileiros, que mantiveram, nos piores momentos, a resistência à doutrina liberal. Segundo Darc, por causa dessa resistência, mais uma vez essa doutrina vai para o ralo da história. A seguir, os principais trechos das palestras de Lessa e Vidal.

Carlos Lessa

As armadilhas do neoliberalismo para o Brasil

Nós precisamos resgatar a expressão modernidade de uma confusão extremamente perversa que foi feita com essa palavra. Na verdade, houve uma manipulação, pela qual se transformava determinadas palavras em outras. A expressão "moderno" surge entre os historiadores, marcada pela queda de Constantinopla e a virada do pensamento humano, conhecido como Renascimento. Duas idéias são centrais nos chamados tempos modernos. Primeiro, a idéia de que o indivíduo é um valor. A individualidade deve se perpetuar com todas as suas virtudes e limitações. Em segundo, a idéia de que o homem, como portador da razão, é capaz de conhecer o mundo, a natureza.

Na virada do século XVIII, há um fenômeno de imensa magnitude na transformação das relações econômicas básicas. Esse fenômeno é conhecido por Revolução Industrial. E há, ao mesmo tempo, na França, a aparição da noção explícita de nação e cidadania da Revolução Francesa. Essas duas revoluções fazem com que o homem desloque a sua confiança na razão, não apenas como decifrador do enigma do mundo, mas como construtora.

Qual foi a expressão consagrada no século XIX para essa idéia da união do espírito humano e da transformação do mundo? Foi a idéia que os positivistas generalizaram como progresso. A história humana era um processo aberto e ascendente e a razão do homem viria desdobrando as potencialidades desta história. Convertendo potencialidade em cotidianos palpáveis.

Os economistas passaram a falar do "progresso das forças produtivas." Na virada do século, a expressão progresso passou a ter uma conotação levemente diferente. Passou-se a falar de "desenvolvimento das forças produtivas."

No mundo pós-Segunda Guerra, essa expressão reinou, principalmente aqui na América Latina, com a conceituação de "desenvolvimento econômico social."

A primeira grande armadilha da discussão atual foi condenar ao anacronismo essas antigas expressões, substituindo-as pela idéia de modernização. Esse é um sinônimo imperfeito, já que o sentido de modernidade, hoje, não recupera essa crença nas possibilidades do homem ascender na sociedade.

Moderno, no conceito atual, é o que está na moda. Houve, uma generalização do que é o procedimento mercantil, que tem, agora, a necessidade de reduzir a

vive seu melhor momento, como cabeça da primeira Revolução Industrial. E é contestada pelos países que ainda não haviam se industrializado. Os grandes contestadores foram os Estados Unidos, que, em um documento escrito pelo pai da independência norte-americana, faz pela primeira vez a defesa do desenvolvimento industrial como objetivo de política de Estado.

Essa postura é acompanhada mais tarde pelos economistas franceses da Escola Esteticistas, dominante na França de Napoleão III e pelos economista alemães da chamada Escola Nacional de Economia. Tão logo esse três países completaram as suas industriali-

economia brasileira. Ela não se circunscreveu às suas vocações essencialmente agrícolas. Pelo contrário. As escolhas brasileiras foram todas por transformar a estrutura produtiva, implantada por vagas sucessivas, novos segmentos da estrutura industrial, até construir um sistema industrial, que apesar de todas as desgraças dos anos 80 e todas as dificuldades dos últimos anos, continua-se mantendo com magnitude industrial no ranking das dez maiores economias industriais do mundo.

A primeira peça que compõe o ideário neoliberal é a peça que sugere adotar todas as medidas que reduzam ao mínimo a proteção às atividades existentes numa economia nacional e incentivam uma oferta de produtos que seja compatível com o interesse mundial. Deve ser o mais aberto dos estados. Essa recomendação vem abrindo caminho na experiência brasileira.

Nos últimos 25 anos, o Brasil teve um desempenho exportador, pelo qual a nossa pauta foi radicalmente modificada, aparecendo variados produtos semi-faturados, algumas manufaturas e produtos até então inéditos, como a soja, suco de laranjas, eucalipto para a produção de celulose e o frango catarinense, que conseguiu superar o frango francês no mercado do Oriente Médio. No momento, o Brasil é o terceiro maior superávit do mundo.

Entretanto, esse fantástico desempenho exportador não produziu as taxas históricas de crescimento que o País já alcançou no passado. Nós demos certo como exportadores, basicamente em *commodities* ligados à base de recursos naturais. Isto nos últimos 25 anos cresceu apenas 2,5% ao ano no mundo. O Brasil soube explorar bem esses 2,5%. Agora, o que é dinâmico na atualidade é o crescimento do comércio internacional de bens e serviços de alta tecnologia. Isto cresce a 17,5% ao ano. Neste segmento, o desempenho exportador brasileiro é próximo a zero.

Ou seja, o pedaço dinâmico



"A questão social não será internacionalizada, mas circunscrita aos seus locais de origem."
Carlos Lessa

durabilidade das coisas, fazendo com que os homens passem a ansiar pelo o que é efêmero.

O liberalismo é um discurso por demais conhecido e antigo. Tem alguns capítulos que são centrais nessa concepção liberal. O primeiro deles é a chamada doutrina do livre câmbio, livre comércio. Se cada país se especializar em produzir aquilo para o qual tem maiores vantagens relativas e eliminasse entraves que possam existir ao livre comércio com os outros países, o desempenho do conjunto desses países interligados pelo livre comércio iria maximizar a produção mundial e a produção de cada país envolvido.

A doutrina do livre trânsito, capítulo central do neoliberalismo, é sempre a doutrina da potência hegemônica, do ponto de vista econômico. Não é à toa que o livre cambismo nasce pela primeira vez quando a Inglaterra

zações, passaram a adotar a doutrina do livre comércio. Essa doutrina confirma as características que cada país dispõe.

Esse foi o caminho do país da moda, o Japão. No final da guerra, os livres cambistas americanos disseram que o destino japonês seria desenvolver ao máximo aquilo que o Japão teria maior aptidão. Isso significa produzir toda a linha de badulaques imaginários. Brinquedos artesanais de grande qualidade, confecções de bom acabamento, bens de consumo leves e ligeiros. O que o Japão fez? Concentrou todos os seus esforços de reconstrução japonesa em siderurgia, construção naval e fabricação de equipamentos pesados.

Neste século, só tem um único país que cresceu a taxas tão elevadas por um período tão prolongado de tempo, o Japão. A segunda economia que cresceu no século XX a uma taxa extremamente elevada, 7% ao ano, foi a

do sistema mundial está restrito ao comércio intra países do chamado Primeiro Mundo. Se nós brasileiros, embarcarmos na tese do destino periférico mais medíocre da divisão internacional do trabalho do livre comércio, nos moveremos na direção de selecionar para nós o futuro. Os parceiros liberais são liberais, *ma non troppo*. Não a ponto de eliminarem as suas barreiras. O significado estratégico é que, nós brasileiros, gostemos ou não, somos cada vez mais prisioneiros de uma nave chamada Brasil. A questão social não será internacionalizada, mas circunscrita aos seus locais de origem.

Se o país fica apenas com o projeto de integração passiva às reservas internacionais, que não são favoráveis a um país chamado Brasil, as raízes da nossa solidariedade começam a ser enfraquecidas. Se nós não formos capazes de elaborar um projeto nacional, o nosso destino nesse jogo será desanimador.

Bautista Vidal

Nem tudo que é moderno é bom

É bom procurar entender essa palavra modernidade. Moderno é o que está acontecendo no momento. Se nós fizermos uma análise do que está acontecendo agora, essa idéia do moderno não deveria ser tão apoteoticamente apresentada, como se a história da humanidade fosse fruto de uma evolução permanente sempre para melhor.

Nós tínhamos um ensino secundário público, há mais de um século, de excelente qualidade. Hoje, não existe mais. As nossas universidades, há 30 anos eram muito superiores do que as atuais. O processo de industrialização foi quebrado na espinha dorsal. Praticamente toda a indústria de componentes de eletrônica desapareceu. Mais de cem empresas metalúrgicas estratégicas fecharam. Se nós olharmos o que é moderno, é uma desgraça só! Nós somos um País mais do que em decadência, estamos em processo de extermínio.

Em documento publicado recentemente pelo Sr. George Bush, está a proposta de reduzir drasticamente a população em 15 países, e o primeiro deles é o Brasil. Esta missão foi executada com enorme sucesso. A grande preocupação dos que cuidam deste assunto é de que nós precisamos

umentar substancialmente nossa população para ocupar este continente. A nossa população já está chegando a estagnação.

Em nome da modernidade vale tudo. Nem tudo que é moderno, atual, é bom. A prova está aí. Dentro desta conotação, existem evidências que mostram que esse neoliberalismo nada mais é do que um livre cambismo adequado às novas relações, que levou o mundo ao desespero e às duas grandes guerras. Nós estamos vivendo uma era de pós-catástrofe. As matanças pela fome, o processo de inviabilização dos povos de conseguir seus objetivos para satisfazer suas necessidades no chamado Terceiro Mundo está em plena atividade. E sem o uso de armas. Num processo de guerra, o agressor tem de se expor.

O neoliberalismo ressurgiu como uma máquina avas-saladora, entrando no conhecimento, nos meios de trabalho. E as pessoas, estarecidas, não estavam preparadas para refletirem sobre ele. A rigor, as nações hegemônicas estão numa situação desesperadora. Por causa dos recursos renováveis,

vel. E agora, se vai ter que reduzir 80% do consumo? Dezenas de reatores americanos tiveram suas obras interrompidas, porque a produção de plutônio é tão ameaçadora que um micrograma é capaz de matar uma pessoa. Cinco quilos dão para matar cinco milhões de pessoas. Cada reator produz 120 kg de plutônio, que continuarão matando por 500 mil anos, e ninguém sabe o que fazer com esse plutônio, como impedir que contamine a Terra. É essa a situação dos países hegemônicos. Sem alternativa energética.

As grandes reservas de recursos renováveis estão no Brasil. A única solução plausível é a energia solar. Só de dendê na Amazônia, nós podemos produzir seis milhões de barris/dia de óleo diesel, que é a produção atual da Arábia Saudita. Dentro de 30 anos a Arábia Saudita irá desaparecer do mapa. Irá virar um deserto inabitável. Nesta situação, a única saída energética para esse mundo hegemônico são os trópicos. Para isso, eles precisam do nosso extermínio.

Outro fato que explica esse

que levaria tudo ao estágio inicial, onde as coisas ainda eram razoáveis. Pelo menos ele tinha direito a viver, porque tinha possibilidade de trabalho.

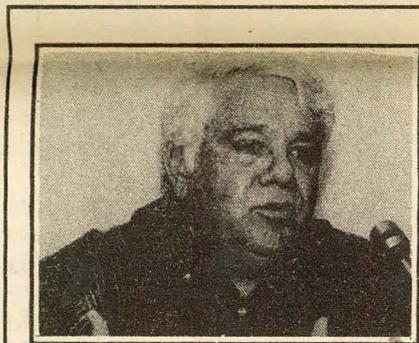
O último relatório do Clube de Roma diz explicitamente: "O homem é inimigo de si mesmo." É necessário exterminar 3/4 da humanidade. Isso está em marcha na África, no Brasil, em todo o Terceiro mundo. Só não vê quem não quer.

Aí vem uma grande mistificação sobre a questão tecnológica. A tecnologia é uma equação de produção, na qual, à luz dos fatores disponíveis de um povo, se muda essa equação. Se eu tenho uma população extensa, desocupada, qual teria de ser o objetivo principal de uma sociedade responsável? É dar emprego a esse público. Enquanto houver um homem desempregado sobre essa terra, nós não seremos uma nação com dignidade.

Tecnologia externa é um cavalo de Tróia. Onde não se usa nossa mão-de-obra abundante, nossas matérias-primas, que não estão sobre controle deles, não se usa a forma energética farta, eles nos obrigam a importar a energia que está acabando no mundo, montam uma estrutura de demanda extremamente perversa, vinculada a outras culturas, exige a destruição dos valores que nos caracteriza para que o consumo seja similar a de seus países de origem. Eu me formei em Engenharia em 1958. Por acaso fui um aluno laureado. E saí da faculdade convencido de que o Brasil era um país inviável, porque não tinha carvão mineral. Foi assim que me ensinaram. Depois, me transformei em professor de termodinâmica e vi a estupidez, a perversidade do que se faz com os jovens. A maior potência energética para sempre do planeta e seus próprios filhos descrentes.

Nós somos uma Nação em perigo. Somos um continente riquíssimo. Graças a Deus a situação nacional é tão desesperadora que a sociedade brasileira está começando a enxergar. A juventude está retornando às ruas, quando a espinha dorsal tinha sido cortada em 68. Os militares estão começando a ver a dimensão global da nação de seu papel indiscutível, como brasileiros legítimos que são. Os intelectuais mais ressacados vão acabar compreendendo, vão ter que entender, e nós vamos construir a maior civilização que o homem já viu sobre a terra. Solidária, poderosa e justa.

Malu Machado



"Enquanto houver um homem desempregado sobre essa terra, nós não seremos uma nação com dignidade".
Bautista Vidal

se propôs um crescimento zero, mas colocado à luz de meia dúzia de sociedades. Basicamente na sociedade americana, onde os recursos naturais estavam se esgotando para suprir as necessidades daquela meia dúzia da sociedade. Aquele descontrole do consumismo levou a exaustão de seus próprios recursos.

Os Estados Unidos, que tinham reservas de petróleo, na ordem de 180 milhões de barris, tem petróleo agora só para cinco anos. O Japão e a Alemanha tem petróleo para zero anos de consumo. É impossível continuar queimando carvão ao nível do que se queima hoje, porque se está jogando três vezes mais carbono na atmosfera do que é permissível para manter a estabilidade termodinâmica da Terra. Os Estados Unidos queimam 600 milhões de toneladas de carvão e 83% da energia elétrica do país é a base desse combustí-

renascimento do neoliberalismo é a revolução tecnológica. À medida em que o homem domina o uso da energia da natureza, a força muscular passa a ser cada vez menos necessária. Surge, então, o homem inteligente, que é quem planeja as massas. Hoje, se têm fábricas produzindo 200 mil toneladas/mês, só com um operador do sistema de computação - é a fábrica dirigida por telepatia! O chamado poder do capital não precisa mais do homem como trabalhador e centraliza em seu país o homem inteligente. Isso acaba impedindo que em outro país o homem inteligente se desenvolva e resulta em trabalhadores sendo dispensados em massa. Por causa do progresso da tecnologia! Se esses homens antes, tiveram empregos, estão acostumados a ter o que comer e vestir, deram escola a seus filhos, eles tem um potencial de revolta pronto para explodir, o

Proposta do Movimento de Renovação

Os economistas continuam tendo diante de si um quadro de enormes preocupações sobre o qual se debruçar na próxima década. As lutas do ano passado colocaram em foco a questão da ética na política, na qual todo o país e suas entidades representativas se engajaram, resultando em um inédito afastamento do presidente da República e, principalmente, na elevação da ética e do bom trato com a coisa pública como pontos importantes nas discussões sobre a construção de um novo projeto de País. O brasileiro começava a ver como problema a velha máxima de gostar de levar vantagem em tudo. As entidades de economistas do Rio de Janeiro jogaram-se desde o primeiro momento nesta luta, expressando a preocupação do conjunto da categoria com uma questão que envolvia toda a Nação.

Durante o ano de 1993, tomaram conta do País as preocupações com a pobreza, a fome e a miséria. Os economistas e suas entidades também se engajaram nesta luta, tratava-se aí não apenas de juntar forças com outros setores da sociedade e entidades democráticas e populares, mas de abrir um espaço específico para a reflexão e a contribuição dos economistas.

Nossas entidades buscam estimular essa discussão através de suas publicações e seus grupos de trabalho, colocando esses temas como importantes nas discussões do X Congresso Brasileiro dos Economistas. Ao lado das discussões da miséria, os economistas tentam levar adiante a discussão de um novo projeto nacional de desenvolvimento, articulado, e que reforce a democracia e rompa

com a lógica de exclusão social, permitindo atacar de frente o problema social em todos os aspectos e buscando eliminar de vez a miséria, a fome e a violência existentes no Brasil.

Para 94, além da continuidade dos temas já tratados, os economistas deverão avançar na discussão do projeto nacional de desenvolvimento. Mais do que isto, já que no ano de 1994 haverá eleições também no âmbito estadual, será necessário aliar esta discussão com a busca de uma alternativa de desenvolvimento sócio-econômico para o Estado do Rio de Janeiro, tema para o qual a discussão da questão nacional permite enfim um espaço importante para mobilização simultânea também em cima da questão regional.

É para avançar nesse rumo que o MOVIMENTO DE RENOVACÃO DOS ECONOMISTAS

se propõe a continuar trabalhando, integrando organicamente as entidades de economistas e os profissionais, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista de discussão, com um posicionamento que reafirme o caminho de combate às políticas recessivas e de desmantelamento do Estado como instrumento de alavancagem de um novo projeto de desenvolvimento, solidário, voltado para o reforço à democracia e à eliminação da exclusão social.

Neste sentido, o MOVIMENTO DE RENOVACÃO DOS ECONOMISTAS dirige-se ao conjunto dos economistas do Estado do Rio de Janeiro e aos associados das entidades, em particular, apresentando seu programa unitário para os próximos três anos de trabalho:

PROGRAMA

1. Mobilizar os economistas do Rio de Janeiro para a discussão em torno da construção de um projeto articulado de desenvolvimento para o País e da busca de alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro, promovendo debates periódicos com este fim;

2. Continuar com as discussões dos Grupos de Trabalho, articulados pelas entidades de economistas, como uma forma de participação dos associados na vida das entidades. Os GT's consistem na reunião, livre e voluntária, de economistas com interesses comuns no estudo de algum tema. A cada Grupo de Trabalho serão garantidos: disponibilidade da sede para as reuniões, liberdade de fixação e definição de sua organização interna e objeto de estudo e o direito de se expressar sobre os temas de sua competência nas publicações das entidades de economistas do Rio de Janeiro;

3. Continuar garantindo a

viabilidade de um Boletim dos Estudantes de Economia, colocando junto aos Centros Acadêmicos a infraestrutura das entidades de economistas para sua viabilização;

4. Dar continuidade ao processo de formação e valorização profissional do economista, hoje em desenvolvimento no CORECON, com a constante adequação do currículo de economia nas escolas e a ampliação dos cursos de extensão e reciclagem;

5. Reforçar o trabalho de aproximação com as escolas de economia existentes no Estado, tentando ao máximo a discussão comum e a promoção de atividades conjuntas;

6. Trabalhar para editar uma revista especializada na divulgação de temas econômicos;

7. Priorizar a realização de cursos regulares e seminários sobre temas relevantes promovidos pelas entidades de economistas do Estado;

8. Continuar organizando e ampliando o banco de emprego dos

economistas, com cadastro informatizado e de fácil acesso ao interessado;

9. Fortalecer a relação com as delegacias regionais do Conselho, num projeto de interiorização das atividades regulares promovidas pelo CORECON, SINDECON e IERJ;

10. Aprofundar o trabalho de unificação das entidades representativas dos economistas (CORECON-RJ, SINDECON-RJ e IERJ), agora com a inauguração da Casa dos Economistas do RJ (prevista para 1994), viabilizando sua integração orgânica na defesa dos interesses específicos da categoria e no seu engajamento nas lutas da sociedade civil, em conjunto com as entidades representativas de outras categorias profissionais e da sociedade em geral (OAB, CUT, ABI, Clube de Engenharia, etc.).

11. Dar continuidade à luta pela autonomia e liberdade sindical e por uma estrutura sindical desatrelada do Estado;

12. Apoiar e estimular a organização sindical por ramo de atividade;

13. Fortalecer as associações de empregados por empresa, estimulando a sua criação onde não existam;

14. Participar nas negociações salariais e outras, em conjunto e sob a coordenação dos sindicatos majoritários e dos organismos de representação dos empregados da empresa;

15. Dar prosseguimento à luta pela defesa da Constituição, contra as tentativas de cassação dos direitos sociais e dos elementos de defesa da economia nacional;

16. Continuar a luta pela regulamentação de dispositivos constitucionais;

17. Dar continuidade à realização de atividades conjuntas com outras entidades sindicais e da sociedade civil em geral; e

18. Apoiar e participar dos movimentos de defesa da cidadania.

**INFORME
CORECON**

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

